

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

**Correspondência ao Autor**

Nome: Leandro Silva de Paula

E-mail:

leandroufop204@yahoo.com.br

Instituição: Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Submetido: 25/06/2022

Aprovado: 25/01/2023

Publicado: 24/05/2024

 10.20396/rho.v24i00.8670260

e-Location: e024025

ISSN: 1676-2584

**Como citar ABNT (NBR 6023):**

PAULA, L. S. de. As contribuições dos alunos farmacêuticos de Ouro Preto ao Encontro Nacional de Estudantes de Farmácia em Goiás de 1980. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 24, p. 1-25, 2024. DOI:

10.20396/rho.v24i00.8670260.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8670260>. Acesso em: 24 maio 2024.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



## AS CONTRIBUIÇÕES DOS ALUNOS FARMACÊUTICOS DE OURO PRETO AO ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE FARMÁCIA EM GOIÁS DE 1980



**Leandro Silva de Paula\***

Universidade Federal de Ouro Preto

### RESUMO

O intuito desta pesquisa é investigar a participação e as contribuições do Centro Acadêmico da Faculdade de Farmácia de Ouro Preto ao “IV Encontro Nacional dos Estudantes de Farmácia” em Goiás (IV ENEF - 1980). Em plena ditadura militar, estudantes mineiros expressaram e registraram suas ideias acerca do ensino farmacêutico no Brasil, discorrendo sobre os impactos da Reforma Universitária na época, a importância do movimento estudantil, a necessidade de valorização da cultura e da arte, entre outros assuntos. O texto desenvolvido pelos alunos possuía o objetivo de instruir e difundir convicções e ideais para toda a comunidade acadêmica participante da quarta edição do ENEF, evento ocorrido na cidade de Goiânia, nas dependências da Universidade Federal de Goiás (UFG). Por meio da metodologia da pesquisa histórica, a análise desse documento de 1980 possibilitou identificar quais foram as principais bandeiras e preocupações dos participantes do evento. Corroborando que o grupo farmacêutico de Ouro Preto ao trazer à tona palavras de luta; defender a liberdade artística, interceder a favor do ensino público/gratuito e da permanência dos estudantes na universidade instigou a comunidade participante do evento a combater a ditadura militar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura civil-militar. Escola de Farmácia de Ouro Preto. História da Educação. Movimento estudantil

**THE CONTRIBUTIONS OF UNDERGRADUATES FROM OURO PRETO TO THE 1980 NATIONAL MEETING OF PHARMACY STUDENTS IN GOIÁS**

**Abstract**

The purpose of this research is to investigate the participation and contributions of the Academic Center of the Faculty of Pharmacy of Ouro Preto to the “IV National Meeting of Pharmacy Students” in Goiás (IV ENEF - 1980). During the military dictatorship, students from Minas Gerais expressed and recorded their ideas about pharmaceutical education in Brazil, discussing the impacts of the University Reform at the time, the importance of the student movement, the need to value culture and art, among other topics. The text developed by the students had the objective of instructing and disseminating convictions and ideals to the entire academic community participating in the fourth edition of ENEF, an event that took place in the city of Goiânia, on the premises of the Federal University of Goiás (UFG). Using historical research methodology, the analysis of this 1980 document made it possible to identify the main concerns and concerns of the event participants. Corroborating that the pharmaceutical group from Ouro Preto brought up fighting words; defending artistic freedom, interceding in favor of public/free education and the permanence of students at university encouraged the community participating in the event to fight the military dictatorship.

**Keywords:** Civil-military dictatorship. Pharmacy school of Ouro Preto. History of education. Student movement.

**LAS CONTRIBUCIONES DE LOS ESTUDIANTES DE FARMACIA DE OURO PRETO AL ENCUENTRO NACIONAL DE ESTUDIANTES DE FARMACIA EN GOIÁS EN 1980**

**Resumen**

El objetivo de esta investigación es analizar la participación y aportes del Centro Académico de la Facultad de Farmacia de Ouro Preto al “IV Encuentro Nacional de Estudiantes de Farmacia” en Goiás (IV ENEF - 1980). Durante la dictadura militar, estudiantes de Minas Gerais expresaron y registraron sus ideas sobre la educación farmacéutica en Brasil, discutiendo los impactos de la Reforma Universitaria en la época, la importancia del movimiento estudiantil, la necesidad de valorar la cultura y el arte, entre otros temas. El texto desarrollado por los estudiantes tuvo como objetivo instruir y difundir convicciones e ideales a toda la comunidad académica participante de la cuarta edición de la ENEF, evento que tuvo lugar en la ciudad de Goiânia, en las instalaciones de la Universidad Federal de Goiás (UFG). Utilizando una metodología de investigación histórica, el análisis de este documento de 1980 permitió identificar las principales inquietudes e inquietudes de los participantes del evento. Corroborando que el grupo farmacéutico de Ouro Preto planteó palabras de lucha; La defensa de la libertad artística, la intercesión a favor de la educación pública/gratuita y la permanencia de los estudiantes en la universidad animaron a la comunidad participante en el evento para luchar contra la dictadura militar.

**Palabras clave:** Dictadura cívico-militar. Escuela de Farmacia de Ouro Preto. Historia de la educación. Movimiento estudiantil.

## INTRODUÇÃO

Ao se definir marcos na história do Brasil, a posse do primeiro presidente civil José Sarney no ano de 1985 é considerada como o fim da ditadura militar. No entanto, em seus estudos referentes ao período, Daniel Aarão Reis (2013) apresenta outras teses que relativizam a duração do regime militar. Por exemplo, há uma controversa corrente que defende que o término da ditadura aconteceu apenas em 1988, ano da aprovação da nova carta constitucional (mais conhecida como Constituição Cidadã). A tese é que apenas com a nova Constituição Republicana a sociedade se desprende da legislação autoritária que ditava regras e aspectos sociais e políticos no Brasil (Reis, 2013, p. 103). Na visão de Reis (2013), trata-se de um “claro exagero”, uma vez que é extremamente questionável a noção de que os brasileiros viviam sob a ditadura até 1988. Adotando outra corrente, ele defende que a ditadura Militar durou “longos” 15 anos, chegando ao fim no ano de 1979 com a supressão dos atos institucionais instaurados nos anos de chumbo.

Se aceitarmos a ideia de que a ditadura é um estado de exceção, ou seja, a de que ela existe na medida em que toda e qualquer legislação pode ser editada, revogada ou ignorada pelo livre - e arbitrário - exercício da vontade dos governantes, a ditadura existiu no Brasil até o início de 1979, quando houve a revogação dos atos institucionais, através dos quais se fazia e se refazia a ordem jurídica (Reis, 2013, p. 103).

Em seus estudos, Reis (2013, p.103) também elucida que no caso brasileiro aconteceu algo peculiar, uma vez que a partir de 1979 não havia mais ditadura, embora não estivesse estabelecido um regime democrático no país, algo que se consolidaria apenas em 1988. Diante da discussão apresentada, o autor sustenta a controversa tese de que o período que abrange os anos de 1979 até 1988 deveria ser denominado como o momento da “transição democrática”. Os argumentos apresentados são os de que houve profundas mudanças a partir de 1979: inexistência de presos políticos, o retorno ao país dos exilados, o pluralismo político-partidário e sindical, autonomia do poder judiciário, ausência de instrumentos de exceção como recursos de intervenção política, alternância de poder, liberdade de imprensa e expressão etc. (Reis, 2013, p. 103). Logo, observa-se o caráter transitório que se iniciou em meados da década de 1970, mais especificamente no governo Geisel (1974-1979), que culminou em um processo de abertura política lento e gradual até a configuração da Constituição de 1988, quando o país passou a viver em uma democracia oficialmente reconhecida. Além disso, constata-se que apesar de todos os resquícios da antiga estrutura autoritária do período militar, a transição democrática (1979-1988) foi marcada pelo fortalecimento dos movimentos sociais, sindicais e políticos. Ou seja, pela retomada do protagonismo de elementos que foram fortemente sufocados e oprimidos nos anos de maior repressão (Reis, 2013, p. 103-104), entre eles o movimento estudantil.

Em relação a ação dos estudantes universitários com às questões educacionais do período, Santos (2009) destaca os encontros nacionais de áreas. Encontros nos quais eram debatidos temas como a reforma universitária e o caráter tecnicista do ensino. Devido a

repercussão dos debates desenvolvidos no interior das universidades, tais eventos também foram amplamente reprimidos pelos militares (Santos, 2009, p. 106). De acordo com Santos (2009), as reuniões acadêmicas de área deram origem aos Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) e desempenharam a formação de uma identidade organizadora de ações de protesto a favor dos interesses estudantis. Entre esses eventos, pode-se destacar o Encontro Nacional dos Estudantes de Farmácia (ENEF), tema de estudo desta pesquisa.

Um dos objetivos desta pesquisa é analisar como a classe Farmacêutica de Ouro Preto expressou suas ideias acerca da Reforma Universitária de 1968 no documento elaborado para o IV Encontro Nacional dos Estudantes de Farmácia (IV ENEF) em 1980. O intuito é investigar as ideias e as estratégias de luta contra o regime militar elaboradas pelo Centro Acadêmico de Farmácia de Ouro Preto, observando as contribuições dos discentes mineiros. Quais foram as principais bandeiras e preocupações desse grupo participante do evento? A investigação lançará mão da metodologia da pesquisa histórica ao analisar esse importante documento elaborado pelos futuros farmacêuticos. Para essa finalidade, inicialmente será realizada uma breve contextualização histórico-educacional do período da ditadura militar no Brasil e da atuação dos movimentos estudantis.

## O CONTEXTO HISTÓRICO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Os anos que antecederam o golpe de 1964 foram marcados pelo crescimento das mobilizações populares e conseqüentemente pela intensificação do conflito entre os grupos renovadores e os setores mais conservadores da sociedade. Conforme Fausto (2013), forças divergentes se fizeram explícitas no momento que os militares filiados à corrente ultraconservadora das forças armadas, alegando razões de segurança nacional, tentaram impedir que João Goulart assumisse a presidência do Brasil. Sem obter sucesso, em primeiro momento, os militares tiveram que acatar a posse do presidente Jango em 1961, no entanto, anos depois, o novo presidente eleito sofreu um golpe que o destituiu do cargo.

A esta altura, é preciso considerar a conjuntura em que o novo presidente assumiu o poder, caracterizada por avanços na organização e na mobilização de trabalhadores urbanos, de camponeses e de trabalhadores rurais. Esse quadro já permeara o governo JK, mas ganhou maior significado no governo Goulart, quando se tornou aguda a confrontação social entre os movimentos populares e setores conservadores e da extrema direita (Fausto, 2013, p. 125).

Segundo Daniel Aarão Reis (2013, p. 82), a destituição de Jango em 1964 ocorreu com facilidade, uma vez que as forças de esquerda se encontravam desorganizadas e incapazes de lutar, diferentemente dos grupos de direita que estavam mais poderosos e estruturados naquele momento. A atmosfera que fomentou o golpe era de medo dos avanços do comunismo, mas logo em seguida o discurso passou a ser o de interpretar, de forma ditatorial, o desenvolvimento do país. “[...] o fato é que foi uma derrota catastrófica. Não

apenas de um governo ou de uma liderança. De uma cultura política. O fim de uma esperança republicana” (Reis, 2013, p. 85).

Em seu artigo intitulado “A repressão ao movimento estudantil na Ditadura militar”, Jordana de Souza Santos (2009, p. 104) afirma que logo que se instaurou o golpe militar, a Universidade de Brasília (UNB) foi invadida; professores universitários da Universidade de São Paulo (USP) foram presos ou exilados; o movimento estudantil começou a ser perseguido e a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi posta na ilegalidade. Santos (2009) alude ao fato de que durante os anos iniciais após o golpe militar em 1964 o movimento estudantil se responsabilizou por muitas ações de protesto, segundo a autora, o ano de 1966 foi marcado pela luta contra a Ditadura. Nesse ano, inúmeros estudantes saíram às ruas manifestando contra o regime militar e foram violentamente reprimidos. Santos (2009) enfatiza o episódio que ficou conhecido como “Massacre da Praia Vermelha” como um exemplo da opressão sofrida pelos estudantes naquele ano. Na ocasião, estudantes ficaram presos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e foram brutalmente agredidos e levados para a prisão pelos militares. Segundo Siqueira (2011), esse episódio foi um dos mais violentos e se tornou um marco divisor do movimento estudantil.

Dessa forma, constata-se que, nos momentos seguintes ao golpe, vários intelectuais, políticos e sindicalistas foram presos; as greves foram proibidas; e as organizações estudantis foram extintas ou proibidas. Siqueira (2011), destaca o fato de que a sede da UNE na zona sul do Rio de Janeiro foi destruída por um incêndio criminoso e que nesse período um grande número de estudantes se exilou ou entrou na clandestinidade. No entanto, Siqueira (2011) afirma que mesmo com o fechamento das entidades estudantis, as atividades políticas dos estudantes continuaram perenes e sempre representadas por novos líderes.

Fato é que, apesar de toda opressão enfrentada e do sentimento de fracasso diante do golpe, inúmeros movimentos sociais do campo e da cidade surgiram erguendo propostas de radicalização e de luta aberta contra o regime. Segundo Reis (2013), muitos militantes oriundos dessas organizações assumiram o controle das associações estudantis. Os estudantes universitários se uniram em torno de um movimento pró-democracia, articulando-se na ilegalidade e denunciando os abusos dos militares. De acordo com Reis (2013), entre 1965 e 1967, o objetivo do movimento estudantil era derrubar a ditadura, por meio das lutas de rua e da associação com organizações revolucionárias de esquerda. Encontravam-se também ativistas vinculados ao movimento estudantil que inspirados na perspectiva marxista defendiam que combater a ditadura não seria suficiente, já que as mudanças efetivas aconteceriam apenas por meio da revolução social e do desbaratamento do sistema capitalista (Reis, 2013, p. 92).

Observa-se a forte influência da perspectiva marxista no interior dos movimentos estudantis na época da ditadura. Karl Marx é um pensador que propôs o comunismo<sup>1</sup> como um novo modelo de mundo “[...] um mundo sem divisão de classes sociais, sem engendramentos em relação ao trabalho, um mundo onde imperasse a cooperação e a liberdade” (Schlesener; Lin, 2016, p. 73). Constata-se entre os anseios estudantis da época o



desejo de luta contra a ditadura e contra o capitalismo. Na luta por uma sociedade mais justa, é relevante destacar que em sua obra intitulada “A Educação para Além do Capital”, Istvan Mészáros (2006) alerta que o capitalismo seria apenas uma forma de realização do capital, ou seja, o autor defende que apenas a ruptura com o capitalismo não mudaria radicalmente a sociedade, uma vez que o que precisaria realmente ser destruído seria o capital (Darcoletto, 2016).

Os estudantes que vivenciaram a atmosfera política do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 possuíam em seus discursos o desejo de liberdade e de revolução. Traziam em suas memórias toda opressão sofrida nos anos de chumbo. Vale enfatizar que após a promulgação do Ato institucional nº 5 (AI-5) em 1968 a repressão se intensificou e os setores resistentes ao Regime Militar foram perseguidos, presos, assassinados e torturados. Diante desse cenário, a esquerda e os líderes do movimento estudantil foram duramente oprimidos e silenciados. Diante da impossibilidade da realização de manifestações públicas e da participação em organizações revolucionárias, os estudantes tiveram que se reorganizar em torno dos Centros e Diretórios Acadêmicos para se manifestar por meio de panfletos, debates e atividades culturais contra o regime militar e reivindicar a reconstrução dos movimentos estudantis (Santos, 2009).

No entanto, de acordo com Reis (2013), todo esse cenário de resistência estudantil foi duramente esmagado pelos militares que consolidaram um modelo de modernização conservadora, articulando capitais estatais, nacionais e estrangeiros. Conforme o autor, os militares já praticavam a tortura de opositores políticos desde o governo de Castelo Branco. Além disso, praticavam a repressão à intelectualidade e aos estudantes que se manifestavam contra a ditadura e colocaram na ilegalidade as organizações nacionais dos estudantes. Toda a atmosfera repressora se perpetuou no governo seguinte, quando Costa e Silva alteou-se à presidência dando continuidade ao protagonismo dos militares no poder. Reis (2013) reitera que muitas vezes a historiografia tende a admitir que o governo Castelo Branco foi significativamente mais brando que os governos posteriores de Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici. No entanto, o autor alerta para toda opressão exercida durante o primeiro governo militar (1964-1967) e para o fato de que no ano de 1968, durante o governo Costa e Silva, ocorreu tanto momentos de forte repressão (acompanhados de morte) quanto situações de manifestações pacíficas (Reis, 2013). O fato é que os movimentos grevistas de maior alcance foram duramente reprimidos e tiveram que sair de cena nos anos Costa e Silva. Sobre o endurecimento das ações adotadas pelos militares em 1968, Reis (2013, p. 93) declara:

[...] os policiais começaram a atirar para matar nos que participavam das manifestações de rua. A prisão de centenas de lideranças que tentavam organizar, na clandestinidade, o XXX Congresso da UNE, em outubro, representou o canto do cisne de um movimento já em declínio. Restou à ditadura, então, quebrar a resistência das oposições moderadas, o que foi realizado com a edição do Ato Institucional n. 5, em dezembro, com o fechamento, por tempo indeterminado, do Congresso Nacional, e uma nova fornada de cassações e prisões de numerosos artistas e intelectuais.

Os anos ditatoriais entre 1967 e 1974 foram reputados pela violenta repressão social, sendo o auge dessa situação o governo Médici. Consoante os estudos de Reis (2013, p. 100), os governos militares, por interesse ou convicção, não restringiram as ações dos aparelhos de segurança, utilizando deles para destruir e coibir movimentos opositores.

Em sua obra intitulada *A Escola de Farmácia de Ouro Preto: a memória sublimada*, Godoy (2019) relata que na década de 1970 inúmeros professores<sup>2</sup> da Faculdade de Farmácia de Ouro Preto foram acusados de comportamentos “subversivos e comunistas”, além de receberem a denúncia de que estavam promovendo o aliciamento de alunos para atos de agitação contra a “ordem vigente”. No entanto, Godoy (2019) ressalta que muitos dos professores acusados eram politicamente conservadores e sofreram tais acusações devido desavenças internas com a direção da Escola de Farmácia na época. Em relação aos estudantes ouro-pretanos, muitos atuavam no movimento estudantil contestando o regime ditatorial, alguns aderiram à luta armada e houve o caso do assassinato do estudante Hélcio Pereira Fortes, considerado “terrorista” pelos militares e que era sobrinho de um professor da Escola de Farmácia de Ouro Preto chamado Antônio Fortes.

Aos poucos, o movimento estudantil foi retornando ao cenário político: em meados dos anos 70 ocorreram as greves da Escola de Comunicação e Artes (ECA)/USP, a da UFBA, a das Humanas na Unicamp etc. Santos (2009) afirma que apesar do presidente Ernesto Geisel ter dado início ao processo de abertura política em seu mandato (1974-1979) alguns setores mais conservadores continuaram a reprimir movimentos sociais e estudantis nos anos 1970. Exemplo disso, foi a invasão da Pontifícia Universidade Católica no ano de 1977, onde estava sendo realizado o III ENE (Santos, 2009). Além disso, a partir do governo Geisel, as denúncias de assassinato e de tortura começaram a ganhar força e passaram a repercutir negativamente no Brasil e no mundo. As inúmeras acusações acabaram por enfraquecer cada vez mais o regime ditatorial implantado (Reis, 2013, p. 95). Sendo assim, aos poucos iniciou-se a transição da ditadura para a democracia por meio de um processo de abertura lento, gradual e seguro. Será durante esse período de afrouxamento da vigilância e da opressão militar que observaremos a gênese dos encontros nacionais dos estudantes de Farmácia no Brasil, objeto de pesquisa deste trabalho.

## **O IV ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE FARMÁCIA**

O Encontro Nacional dos Estudantes de Farmácia (ENEF) foi um evento criado durante a ditadura militar, mais especificamente no ano de 1977, pela Associação Nacional dos Estudantes de Farmácia e Bioquímica com o intuito de qualificar os profissionais da área. Após o sucesso do primeiro encontro, o ENEF tornou-se um evento anual e ao longo das décadas seguintes alcançou amplitude e visibilidade, tornando-se importante fórum de deliberação, de ação e de luta para o movimento estudantil. Para a realização desta pesquisa, tornou-se fundamental a contextualização histórica do IV Encontro Nacional dos Estudantes de Farmácia no ano de 1980, evento ocorrido na Universidade Federal de Goiás e que atraiu

jovens farmacêuticos de todas as regiões do Brasil. Desde a data da sua criação, importantes universidades públicas brasileiras sediaram o encontro: o primeiro ENEF aconteceu na Universidade de São Paulo no ano de 1977; a segunda edição do evento teve a Universidade Federal de Ouro como sua sede em 1978; e a Universidade Federal da Bahia (em 1979) antecedeu o encontro dos estudantes em Goiás de 1980<sup>3</sup>.

Entre os inúmeros debates e palestras que ocorreram no encontro em Goiânia, destacou-se a iniciativa do colegiado que compunha a diretoria do Centro Acadêmico de Farmácia de Ouro Preto da UFOP (CA-Farmácia-UFOP) de elaborar um texto de 17 páginas (datilografado e organizado em colunas) que logo na página introdutória expressou o desejo de “liberdade” e “luta” fomentando palavras contrárias à ditadura: “Abaixo a ditadura”<sup>4</sup> (Ouro Preto, 1980, p. 1). O grupo responsável pelo texto reivindicava que o IV ENEF deveria ser um lugar no qual se respondesse todas as questões colocadas na época pelos estudantes de farmácia. Entre as pautas elencadas destacam-se: a Reforma Universitária do ensino; a implantação dos grandes monopólios no Brasil; a questão cultural; o movimento estudantil; os sindicatos farmacêuticos; entre outros assuntos. Os textos que compunham o documento não seguiam fielmente a ordem das questões expressas na pauta, mas continham discussões acerca de praticamente todos os itens. O colegiado que compunha a diretoria do Centro Acadêmico de Farmácia de Ouro Preto assumiu que todas as ideias manifestadas traziam no seu interior a visão daquele grupo e não eram propostas fechadas, mas apenas contribuições que visavam fornecer subsídios para uma melhor discussão da pauta do evento.

Por meio de investigação documental, é possível averiguar as referências bibliográficas utilizadas pelos autores do texto. Reflexivos às notícias e aos estudos da época, os estudantes lançaram mão tanto de revistas<sup>5</sup> e jornais de ampla circulação<sup>6</sup> quanto de periódicos e boletins profissionais do campo farmacêutico<sup>7</sup>. Além disso, recorreram às discussões desenvolvidas pelos discentes de Engenharia<sup>8</sup>; escritos de entidades e movimentos estudantis<sup>9</sup> e a textos autorais diversos<sup>10</sup>. Para o desenvolvimento deste artigo, os temas de interesse que foram tratados pelo colegiado do centro acadêmico de Ouro Preto e que serão abordados são: 1) o movimento estudantil e a mobilização da classe farmacêutica; 2) o ensino superior e os impactos da reforma universitária; 3) o Centro Popular de Cultura e a questão da arte durante a ditadura.

## **O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A MOBILIZAÇÃO DA CLASSE FARMACÊUTICA**

Conflitos entre estudantes e o regime militar são constantemente apresentados pela historiografia da educação<sup>11</sup>. Nos anos mais autoritários, a ditadura se mostrou um entrave aos anseios da comunidade universitária e impossibilitou que diversas atividades estudantis fossem realizadas plenamente. O grupo de futuros farmacêuticos investigado nesta pesquisa alerta que “[...] a baixa qualidade do ensino, os ataques ao ensino público, a repressão nas escolas, são frutos diretos dos premeditados planos do governo, que os aplica através do



MEC e dos seus apêndices nas escolas (proprietários, reitores, órgãos colegiados etc.)” (Ouro Preto, 1980, p. 8). Oprimidos, os estudantes brasileiros se uniram em torno de bandeiras como: o acesso ao ensino público-gratuito, à cultura, à preparação profissional, o acesso ao trabalho e a busca por uma remuneração digna (Ouro Preto, 1980, p. 8). No entanto, é importante ressaltar que dentro do movimento estudantil era usual a existência de ideias divergentes e contraditórias, uma vez que os estudantes se agrupavam de acordo com suas concepções e posicionamento político.

Os estudantes, como os trabalhadores em geral, se mobilizam a partir de suas necessidades imediatas. Não se organizam meramente por impulsos “ideológicos”, por uma consciência adquirida em debates intelectuais ou em aulas de professores progressistas, mas sim a partir da necessidade de romper as barreiras que contrapõem as suas aspirações mais elementares: um bom ensino, possibilidade de capacitação profissional e liberdade (Ouro Preto, 1980, p. 8).

Pelas ideias contidas no texto destinado ao Encontro Nacional de Farmácia, corrobora-se que o movimento das entidades estudantis deveria ser caracterizado como movimento sindical e político. Os futuros farmacêuticos expõem o argumento de que a ditadura militar (expressão do regime capitalista) seria o principal sustentáculo da opressão social vivenciada tanto pelos estudantes quanto pela maioria da população. Dessa forma, a luta sindical necessariamente precisaria ser política e ter como foco o combate aos oprimidos (Ouro Preto, 1980, p. 8). Ou melhor, defendem que a atuação dos estudantes enquanto grupo defensor de seus interesses possui caráter profundamente político e deve ocorrer a nível sindical, entrando em choque com os interesses das elites e do estado autoritário.

Uma observação importante que se faz ao analisar o texto destinado ao IV ENEF é a relação de identificação entre as aspirações do movimento estudantil e o combate histórico que a classe operária travou pelo fim do capitalismo. Constata-se interesses em comum que ligam os trabalhadores intelectuais ao proletariado em geral. No entanto, declaram os estudantes ouro-pretanos seus limites em derrubar o capitalismo, uma vez que eles sozinhos não poderiam conduzir o processo revolucionário, já que não ocupavam papel fundamental no sistema de produção. Dessa forma, torna-se evidente no discurso estudantil a necessidade deles se unirem às lutas populares contra a ditadura. Pronunciam os futuros farmacêuticos que apesar dos estudantes não estarem à frente da revolução podem participar de certas etapas decisivas:

[...] contribuindo de modo considerável para o despertar de um proletariado que as derrotas passadas e o papel da burocracia mergulharam na apatia. Podem contribuir de maneira importante na aceleração de formação do quadro revolucionário no seio da classe revolucionária. Os estudantes podem ajudar a classe operária a escapar a estreiteza da visão ao corporativismo, produtos da fragmentação do trabalho de que é vítima. Ajudá-la a esconder mais rapidamente ao nível mais elevado de consciência de classe, ou seja, consciência de classe política,

revolucionária. Podem elevar nas lutas operárias graças aos seus conhecimentos científicos e do igual modo educar a fração de jovens intelectuais que os esforçam por seguir uma prática verdadeiramente revolucionária, após terem deixado a universidade (Ouro Preto, 1980, p. 9).

Teriam esses estudantes exercidos papéis secundários no processo de derrocada do regime militar? Ou seriam eles a vanguarda de uma classe trabalhadora pilar no processo? Em relação a aliança entre o movimento estudantil e as lutas populares, segundo Reis (2013, p. 102), após o movimento grevista de operários de São Bernardo (1975-1980), muitos estudantes passaram a incorporar aquele evento como símbolo de luta. Iniciou-se assim uma nova forma de luta e de organização dos trabalhadores brasileiros. Corroborar-se essa associação através do documento de 1980 que declara que “[...] hoje a perspectiva de luta colocada para os estudantes é sem dúvida alguma a de apoio irrestrito aos operários do ABC e de todo o país, visto que a mobilização destes nos últimos tempos, representa a expressão máxima de repúdio ao sistema vigente, a ditadura militar” (Ouro Preto, 1980, p. 9).

Minudenciando as reivindicações expostas no documento de 1980 é possível contemplar a exigência de libertação de sindicalistas presos pelo regime militar, o pedido de reintegração de dirigentes cassados e a declaração de apoio irrestrito à luta dos trabalhadores. Além disso, declaram que o desejo do povo era o da convocação de uma constituinte soberana e democrática, elaborada com ampla liberdade de expressão e de organização (Ouro Preto, 1980).

Outra pauta aventada pelo grupo farmacêutico em seu texto foi a da defesa do direito de voto nas eleições de 1980. Apontam para o não direcionamento da entidade estudantil a campanha eleitoral de nenhum partido político, isentando-se assim de qualquer comprometimento com até mesmo organizações populares e socialistas. No entanto, deixam claro a importância dos estudantes e trabalhadores terem consciência de quais os partidos que realmente eram comprometidos com a defesa dos interesses das camadas oprimidas da sociedade, além de distingui-los dos partidos que, mesmo disfarçados em liberais, atuavam a serviço da classe dominante. Indo além, os estudantes asseveram que “[...] se esta diferenciação não for clara num determinado momento, cabe alertarmos para aquele(s) partido(s) que é fruto de direito do sistema de dominação e aquele(s) que representa(m) os trabalhadores e seus interesses” (Ouro Preto, 1980, p. 9).

Com o intuito de resistir aos ataques do governo, os autores responsáveis pela elaboração do texto do evento demandam a união dos interesses da categoria estudantil em entidades que correspondessem de fato os anseios e reivindicações do grupo. Refiro-me a luta por melhores condições de ensino, o combate a reforma universitária imposta e a defesa da educação pública e gratuita. No manifesto destinado ao Encontro Farmacêutico de Goiás, fica explícito o senso crítico do grupo em relação a atuação do público e do privado na educação; a adoção de estratégias como boicotes e greves como meio de luta; além da batalha travada em vários níveis contra o ensino pago que se corporificava através da proteção do

ensino público/gratuito; no enfrentamento contra taxas ou pagamentos de material didático; na defesa da moradia e da alimentação estudantil; no combate ao currículo mínimo; ou na criação de novos laboratórios (Ouro Preto, 1980, p. 10).

A mobilização farmacêutica também deveria ocorrer por intermédio de sindicatos comprometidos com as aspirações e reivindicações de toda categoria profissional. Os discentes da escola de Farmácia apontam para a escassez de sindicatos em alguns estados brasileiros e acusam de peleguismo<sup>12</sup> as entidades existentes. A manipulação existente dentro dos sindicatos acarretou no descrédito de parcela dos farmacêuticos quanto a eficácia da utilização dessas entidades como “[...] organismo de luta pelo atendimento de suas reivindicações” (Ouro Preto, 1980, p. 14). Dessa forma, clama os estudantes de Ouro Preto (1980, p. 14):

[...] a resolução das contradições levantadas e debatidas hoje no movimento estudantil (em especial os ENEFs) requerem um engajamento na luta pela constituição de sindicatos representativos e independentes das amarras do estado, condição para que possam cumprir o papel de defesa de seus filiados.

Diante deste cenário, entre os pontos de pauta listados para serem expostas no IV ENEF, uma das reivindicações foi a da construção de sindicatos de Farmácia que fizessem pressão frente aos órgãos que elaboram a legislação farmacêutica. Além disso, o grupo elucida que o dever do sindicato é se unir aos setores oprimidos da sociedade no combate à ditadura militar.

## **O ENSINO FARMACÊUTICO E OS IMPACTOS DA REFORMA UNIVERSITÁRIA**

### **A VISÃO DOS FUTUROS FARMACÊUTICOS SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Logo nas primeiras páginas do texto elaborado para o IV ENEF (Ouro Preto, 1980), os estudantes deixam expresso a concepção deles acerca da educação ao realizarem uma retrospectiva histórica do ensino brasileiro. Atentos às ideias marxistas e às teorias crítico-reprodutivistas da época, os futuros farmacêuticos alertam para o fato de que a educação teria dupla função na sociedade capitalista: a reprodução cultural da ideologia dominante e a reprodução da sociedade de classes.

Em relação ao papel reprodutor que a escola exerce sobre as desigualdades sociais, é possível destacar inúmeros estudos que desconstruem o mito da neutralidade dos processos educativos em nosso corpo social. Por exemplo, de acordo com Masson (2016), na sociedade capitalista a educação passou a exercer um papel contraditório, uma vez que possibilita tanto a elevação do indivíduo a um patamar superior do conhecimento quanto exerce o papel de frear suas potencialidades. Por sua vez, conforme Schlesener e Lin (2016), a educação

promove a reprodução das desigualdades sociais ao direcionar os alunos a uma educação ideológica e destinada ao treinamento/qualificação da força de trabalho, ou seja, sem depor contra seus interesses. Noção também defendida por Darcoleto (2016, p. 111) que afirma que “[...] numa sociedade de classes não é possível a universalização da educação; a educação precisa, via de regra, formar os indivíduos para se conformar e ‘fazer seus’ os interesses do capital”.

Observa-se a influência das teorias crítico-reprodutivistas nas ideias desenvolvidas pelos universitários de Ouro Preto. Com base em leituras de jornais, livros e boletins<sup>13</sup>, os estudantes retomando desde o ensino no período colonial acusam que “[...] a educação tinha mera função de reprodução da ideologia política e religiosa, assegurando com isso o domínio dos portugueses sobre os indígenas e os escravos” (Ouro Preto, 1980, p. 2). Identificam no século XIX o momento no qual as estruturas de classe começam a se delinear e apontam que durante a Primeira República, devido a grande importância da população se alfabetizar para participar das eleições, a educação foi se tornando cada vez mais relevante em sua função reprodutora das estruturas de poder. Segundo os alunos da Escola de Farmácia, todos esses elementos expostos anteriormente vão se perpetuar também nos anos 1930, momento no qual a educação, segundo eles, “[...] começa a assumir todas as funções que lhe são atribuídas nas sociedades capitalistas modernas, além da reprodução da força de trabalho” (Ouro Preto, 1980, p. 2).

Segundo o Centro Acadêmico de Farmácia de Ouro Preto, com o advento do Estado Novo a classe latifundiária até então hegemônica no poder vai perdendo espaço para a burguesia e a procura pelo ensino superior começa a demonstrar pragmatismo. O grupo farmacêutico defende que no prelúdio republicano o ensino superior possuía características aparatais e ostentativas para os grandes proprietários de terra.

A universidade arcaica - com ênfase num ensino ornamental estava adaptada aos interesses de classe dos latifundiários. Bacharéis e médicos que nem exerciam a profissão, mas tornavam-se proprietários de terras. Portanto, a universidade não serviria nem a burguesia nem ao povo (Ouro Preto, 1980, p. 2).

Ainda nesta mesma vertente de pensamento, o grupo farmacêutico alerta que com o intenso processo de industrialização e a entrada do capital estrangeiro na década de 1950 profundas modificações ocorreram na estrutura social e econômica do país, que resultaram em uma mudança na mentalidade da classe média brasileira que passou a vislumbrar no ensino superior uma nova forma de ascensão social. Segundo Klein e Luna (2013) foi na década de 1960 que o governo federal criou grande parte das universidades federais repartidas em diferentes estados do país.

Constata-se no texto elaborado para o IV ENEF a consciência crítica do grupo de que a educação exercia importante função na manutenção do sistema capitalista. Sendo visível a ideia de que após o golpe de 1964 o governo implantado assegurou que a educação exercesse

funcionalidades múltiplas no contexto industrial em que o Brasil se inseria como um país dependente. Alude os futuros farmacêuticos:

A importância atribuída a educação exigia que uma política educacional consistente facilitasse o seu funcionamento pleno em todas as instâncias da sociedade. Isso explica a concentração das atividades e decisões no campo educacional nas mãos do estado, mediador e interprete das classes capitalistas, interessadas na produção do desenvolvimento capitalista (Ouro Preto, 1980, p. 2).

Vale mencionar, que a historiografia da educação<sup>14</sup> também enfatiza toda essa forte vinculação entre a educação pública e os interesses de mercado durante a ditadura militar. Analisando as recomendações do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) enunciadas no Fórum “A educação que nos convém” de 1968, Saviani (2008) aponta que por meio dos acordos realizados entre Brasil e Estados Unidos (MEC-USAID) as entidades empresariais passaram a exercer forte pressão ao Estado visando alcançar suas expectativas e atender suas demandas. O fato é que no mesmo ano em que aconteceu o Fórum, ou seja 1968, o governo instituiu um Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do projeto da Reforma Universitária. Vale destacar que foi principalmente por intermédio dessa reforma que as instituições de ensino superior tornaram-se as responsáveis pela formação da mão de obra especializada direcionada às empresas e o espaço de instrução dos quadros dirigentes do país (Saviani, 2008, p. 295).

Somente por meio da análise de todo esse contexto histórico-educacional que se torna possível compreender a educação no período da ditadura militar e identificar propostas distintas oriundas tanto da população quanto das elites no cerne da Reforma Universitária de 1968. Na visão dos futuros farmacêuticos de Ouro Preto, a ditadura militar representava os interesses da burguesia imperialista, procurando adequar a universidade às conveniências e demandas do capitalismo.

O crescimento e o aumento do parque industrial urbano e do aparelho burocrático do estado faz crescer rapidamente a necessidade de material humano com formação universitária ou média. Tanto o Estado quanto a indústria requisitam maior quantidade de mão de obra especializada com uma determinada formação universitária apropriada para o desempenho de controle administrativo e produtivo, e para o manejo de uma tecnologia que permitisse (Ouro Preto, 1980, p. 2).

Sendo assim, alertam que as transformações pelas quais a universidade passava não representavam os reais interesses da comunidade universitária e muito menos da população. O objetivo da Reforma era alterar alguns aspectos da universidade com o intuito de possibilitar que se alcançasse níveis maiores de produtividade. Para isso, seria necessário ampliar quantitativamente o acesso ao ensino superior para formar mais profissionais qualificados; e alterar tanto a estrutura quanto o conteúdo dos cursos, adaptando-os as novas exigências da indústria e do desenvolvimento capitalista.



Por sua vez, uma das principais queixas do grupo farmacêutico de Ouro Preto era de que a Reforma Universitária não foi resultado de discussão e nem da participação do movimento estudantil ou popular. Interessa destacar que nos anos que antecederam a reforma ganharam força as mobilizações dos estudantes que questionavam o modelo elitista e bacharelesco da universidade liberal (Ouro Preto, 1980, p. 3). De acordo com Santos (2009, p. 104), no decorrer dos anos 1960, a UNE realizou diversos eventos com o intuito de discutir a situação da universidade brasileira, propor uma Reforma Universitária e defender o fim dos Acordos MEC-USAID e da Lei nº 4.464 (Lei Suplicy de Lacerda).<sup>15</sup> Nas palavras de Sanfelice (2015, p. 127), durante a década de 1960, “[...] os estudantes, pelo menos aqueles que se engajaram na UNE, tinham como principal bandeira a Reforma Universitária”. Tanto que, Sanfelice (2015) afirma que em seminários organizados pela UNE, como o I Seminário Nacional de Reforma Universitária em Salvador (1961) e o II Seminário Nacional da Reforma Universitária em Curitiba (1962), um novo projeto de universidade exigindo “mais verbas e mais vagas”, voltado totalmente para os interesses da população, já estava sendo formulado pela comunidade universitária.

O desejo dos estudantes não era outro senão constituírem-se em trabalhadores das escolas, voltando a universidade para o trabalho, para a vida e para as necessidades de toda a população laboriosa. Daí a necessidade e o sentido de se lutar por uma Reforma Universitária (UNE, Nota Oficial, 1964, *apud* Castilho, [2022]).

Os movimentos estudantis no período da ditadura exigiam respostas imediatas por parte dos militares, a quem, por sua vez, atendiam aos interesses de outro grupo. Logo diante de duas propostas distintas de reforma universitária, os militares, segundo os autores do texto de 1980, eram contrários ao crescimento do movimento estudantil e não se interessavam pela implantação da Reforma Universitária proposta pelos estudantes e professores (Ouro Preto, 1980).

## **A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968**

Em seu artigo intitulado “O Legado Educacional do Regime Militar”, Saviani (2008) afirma que após o Golpe de 1964 ocorreu um intenso processo de estreitamento de vínculos entre o sistema educacional e as demandas de mercado. O processo ocorreu principalmente por meio da valorização da iniciativa privada, da adoção da mentalidade empresarial na gestão do ensino e das pressões exercidas sobre a pós-graduação na direção de uma maior produtividade (Saviani, 2008). Além disso, o autor evidencia que as mudanças estruturais pelas quais passaram as instituições superiores durante a ditadura provocaram inúmeras repercussões na educação brasileira e acarretaram problemas na qualidade do ensino. Ao analisar a Reforma Universitária, Saviani (2008, p. 307-308) aponta como os principais fatores que provocaram esses entraves a:

eliminação das turmas/classes resultante da departamentalização aliada à matrícula por disciplina e ao regime de créditos, dificultando o trabalho dos professores junto aos alunos e desconsiderando as especificidades das diferentes carreiras profissionais na programação das disciplinas que integram os respectivos currículos; substituição do período letivo anual pelo semestral, reduzindo o tempo de trabalho pedagógico do professor com seus alunos, o que inviabiliza a superação das eventuais lacunas e dificulta a assimilação efetiva, pelos alunos, dos conhecimentos constitutivos das disciplinas consideradas indispensáveis à sua formação.

Portanto, conforme Saviani (2008), toda estrutura implantada durante o período da ditadura de um ensino centrado na departamentalização, no regime de créditos, organizado em semestres letivos e em matrículas realizadas por disciplinas provocou adversos efeitos sobre a qualidade do ensino. No entanto, apesar das consistentes críticas referentes às mudanças na estrutura universitária, o autor defende que a departamentalização dos cursos pode ser considerada um avanço, uma vez que substituiu o antigo sistema de cátedras. A eliminação das cátedras atendia às reivindicações dos estudantes universitários que defendiam a extinção da figura do catedrático em sua proposta de Reforma Universitária. Declara Saviani (2008, p. 311), “[...] de fato, o professor catedrático, na estrutura anterior, era dotado de plenos poderes, o que convertia as disciplinas universitárias numa espécie de feudos particulares”. Outro legado que os governos militares deixaram foi a implantação da pós-graduação no Brasil, com a estrutura organizacional inspirada no modelo adotado nos EUA, ou seja, em aspectos mais técnicos e operativos. Vale destacar que apesar da inserção da estrutura norte-americana grande parte dos professores universitários que aqui atuavam se formou sob forte influência teórica advinda da Europa. Logo, no caso brasileiro, a pós-graduação foi promovida por meio da “[...] fusão entre uma estrutura organizacional bastante articulada, derivada da influência americana, e o empenho em garantir um grau satisfatório de densidade teórica, decorrente da influência europeia” (Saviani, 2008, p. 310).

Ou seja, a Reforma Universitária promovida pelo Regime Militar introduziu mudanças profundas e paradoxais no ensino superior brasileiro. Segundo Godoy (2019), mesclava-se o desejo de modernização proveniente do meio acadêmico e o interesse de se aumentar o controle sobre possíveis focos de contestação. Vale destacar que os anos anteriores a Reforma de 1968 foram marcados por incertezas quanto o destino das Escolas de Farmácia de Ouro Preto e da Escola de Minas: “[...] circulavam rumores de que poderiam ser transferidas e anexadas à Universidade Federal de Minas Gerais ou à Universidade Federal de Viçosa, já que não seria mais permitido o funcionamento de escolas isoladas” (Godoy, 2019, p. 297). Diante de possível ameaça, foram desencadeadas mobilizações visando a criação da Universidade Federal de Ouro Preto (1969).

Um dos objetivos desta pesquisa é analisar como a classe Farmacêutica de Ouro Preto expressou suas ideias acerca da Reforma Universitária de 1968 no documento elaborado para o evento de 1980 em Goiás. No texto preparado para a ocasião, o grupo aponta para três diretrizes que nortearam a Reforma:

- A) Centralização do poder na universidade e o autoritarismo como forma de garantir a implantação e a manutenção das transformações.
- B) Expansão do sistema educacional com um mínimo de custo.
- C) Adequação do conteúdo dos cursos as necessidades do desenvolvimento econômico (capitalista) (Ouro Preto, 1980, p. 3).

Analisando historicamente a Reforma Universitária, os estudantes de farmácia responsáveis pelo texto aludem que no ano de 1968 foram adotadas inúmeras medidas visando centralizar o poder e conter movimentos de contestação dentro da universidade. Casos exemplares são dos membros da comunidade universitária que foram presos ou expulsos,<sup>16</sup> de entidades estudantis que foram fechadas, da ampliação do controle sobre a universidade e do fato de que grandes empresas passaram a interferir diretamente na administração das instituições de ensino superior. Apesar de toda essa repressão, vale destacar a enorme resistência dos alunos, professores e dos funcionários às imposições do regime militar (Ouro Preto, 1980). Em relação aos impactos da Reforma de 1968 na vida dos estudantes, com a finalidade de acelerar a conclusão dos cursos de graduação foram implantados tanto o sistema de créditos quanto exames destinados a recuperação de notas e dependências. Por sua vez, medidas como o jubramento reduziam o tempo possível de permanência dos estudantes na universidade (Ouro Preto, 1980).

Outro ponto elencado pelos discentes ouro-pretanos como uma das diretrizes norteadoras da Reforma Universitária foi a busca pela expansão do sistema educacional com um mínimo de custo. Para isso, o governo militar utilizou-se de artimanha, já que aproveitou das solicitações da sociedade e da comunidade universitária desejosas por mais verbas e mais vagas destinadas à educação para direcionar seus esforços para o ensino pago.

Assim é que se multiplicaram as escolas particulares, verdadeiras empresas de educação, que tiram seus lucros dos bolsos dos estudantes, forçados a pagar taxas e mensalidades elevadíssimas, em troca de um ensino de qualidade cada dia mais questionável. Mesmo nas escolas públicas (cada vez menos públicas), os estudantes se veem obrigados a arcar com o ônus da educação, através de taxas de matrícula que crescem a cada semestre através do crédito educativo, do material didático, e serviços como alimentação e moradia. E isso reduz ainda mais as possibilidades de permanência dos menos privilegiados no ensino superior. Outra não poderia ter sido a resposta do governo, em um estado que prioriza o financiamento das grandes empresa, a manutenção de um gigantesco aparato de segurança nacional etc. No plano do governo os gastos com serviços básicos sociais tomam um lugar bem secundário. E como no atual sistema tudo é pensado logo como mercadoria, ele logo pensa em vendê-los (Ouro Preto, 1980, p. 3).

Por fim, os alunos da Escola de Farmácia apontam que principalmente a partir de 1975 ocorreu profundas transformações nos currículos e nos conteúdos dos cursos superiores, tratava-se da terceira diretriz que norteava a Reforma Universitária de 1968. Atendendo aos interesses das grandes companhias de negócios, tais mudanças se manifestavam visando incentivar determinadas pesquisas científicas em detrimento de

outras, ou melhor, impulsionar investigações que atendiam às inclinações das empresas ao invés de estimular aquelas que contribuíssem para o desenvolvimento social da maioria da população. Nesse esquema, a universidade se submeteu a lógica do mercado, passando a ter como objetivo primordial a criação de pessoal qualificado para a instalação e manutenção das empresas. Inserindo-se assim, na política de incentivo ao investimento privado nacional ou estrangeiro (Ouro Preto, 1980, p. 3).

Portanto, diante de todo esse cenário, alertam os discentes de Minas Gerais que as universidades enfatizaram a formação técnica de curto prazo em detrimento da preparação de novos cientistas. Exemplificam com o argumento de que alguns cursos como os de formação de biomédicos competiam espaço com profissionais técnicos de nível superior (tecnólogos) e técnicos em drogarias. Além disso, elucidam sobre as prioridades de investimento do governo militar ao afirmar que “[...] assim, vemos, por exemplo o desenvolvimento de moderníssima cirurgia em grandes centros urbanos, enquanto a medicina preventiva de caráter social, fica em segundo plano” (Ouro Preto, 1980, p. 4).

Por sua vez, a mudança não se restringiu apenas ao atendimento da demanda por mão de obra especializada de técnicos que ficariam responsáveis pela expansão, aprimoramento e diversificação industrial. Segundo consta no texto destinado ao evento em Goiás, o controle se deu também por meio de transformações no ensino ofertado pelas universidades que passaram a se adequar aos interesses do grupo dominante, evitando-se qualquer discussão crítica sobre os aspectos estruturantes e os processos básicos da sociedade. Em outras palavras, coibia-se qualquer discussão que problematizasse a direção e as consequências da orientação político-econômica adotada (Ouro Preto, 1980, p. 4).

As ciências humanas, localizadas em função das requisições imediatas do mercado, mas denominadas não prioritárias, vão perdendo seu caráter científico, de análise crítica da sociedade, e assumindo cada vez mais a simples função de sustentação da ideologia e da política dominante (Ouro Preto, 1980, p. 4).

Após a exposição das três diretrizes que nortearam a Reforma Universitária de 1968, os autores do texto elucidam que a situação da universidade é fruto da política governamental para a educação. Conclamam toda a comunidade participante do IV ENEF a pensar sobre o ensino superior no Brasil, pontificando que para romper com o quadro educacional apresentado seria necessário lutar pelo ensino público e gratuito; defender o livre acesso e permanência dos estudantes na universidade; e empenhar-se na defesa de uma formação voltada para os verdadeiros interesses da população (Ouro Preto, 1980, p. 4). Tais palavras de luta são contribuições do grupo de Ouro Preto ao evento farmacêutico ocorrido na Universidade Federal de Goiás.

## ACORDOS MEC-USAID

Segundo os estudos de Santos (2009, p. 105), o objetivo dos acordos MEC-USAID era adequar o ensino superior brasileiro ao modelo norte-americano. Tratava-se da adoção de um modelo educacional tecnicista, liberal e voltado para a formação de trabalhadores para a indústria. No documento principal analisado por esta pesquisa, constata-se a consciência crítica dos farmacêuticos de Ouro Preto acerca do contexto histórico-social em que estavam inseridos. Discorrendo sobre a educação no período militar, atentaram-se também para a filosofia<sup>17</sup> da Reforma de 1968 ao analisar os acordos MEC- USAID, tratado brasileiro com a Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional assinado a partir de meados da década de 1960.

Dermeval Saviani (2008, p. 296) afirma que através das discussões realizadas no Fórum “A educação que nos convém” (1968) é possível compreender os aspectos constitutivos da visão pedagógica adotada pelos militares. Explica o autor que a partir de 31 de março de 1965 foram realizados inúmeros contratos educacionais de cooperação entre Brasil e EUA (acordos MEC-USAID), configurando o que ele denominou de “concepção produtivista de educação”. O marco principal dessa nova fase foi o ano de 1969, momento no qual entrou em vigor a Reforma Universitária e a implantação da pós-graduação.<sup>18</sup> A concepção produtivista é descrita por Saviani (2008) “[...] na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do máximo resultado com o mínimo dispêndio e não duplicação de meios para fins idênticos” (Saviani, 2008, p. 297).

Segundo o Centro Acadêmico da Faculdade de Farmácia de Ouro Preto, os acordos MEC-USAID possuíam o intuito de possibilitar a criação de diretrizes básicas de uma filosofia educacional para todo o continente americano. Os acordos visavam estabelecer as diretrizes e os meios práticos para concretização das universidades no modelo desejado pelas classes dominantes. A proposta era de criação de novos programas e serviços de consultoria para as universidades latino-americanas; elaboração de meios para a criação de instituições estaduais e privadas; proporcionar mecanismos para eliminar a interferência estudantil, através de grêmios e colegiados, na administração universitária; e a busca em ensinar que o ensino superior se tornasse rentável ao cobrar matrículas com valores cada vez maiores dos alunos (Ouro Preto, 1980, p. 4).

Os impactos da série de acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID) são descritos no texto de 1980. Entre eles, destacam-se a contenção das despesas com a educação (o investimento que antes era de 12 % no ano de 1963 passou a ser de apenas 4 % em 1980), no qual os poucos recursos foram diluídos com a excessiva burocratização; a degradação salarial dos professores universitários, acompanhada da dispersão dos docentes para outros setores mais rentáveis da indústria e do comércio; super lotação das salas de aula; desfiguração do conteúdo e da formação universitária; tecnização do ensino visando a solicitação do grande capital; implantação de regulamentos internos de caráter autoritário; o



impedimento do ingresso das camadas mais pobres ao ensino superior por meio de exames vestibulares excludentes; descaso com a educação pública; a proliferação de escolas privadas e a trivialização de diplomas. “Nas escolas privadas o esquema é pegue e passe. Essas escolas encontram os estudantes ávidos de uma formação superior e incentivam a passividade, a não participação e a falta de frequência. São fábricas de diplomas” (Ouro Preto, 1980, p. 4).

## ENSINO PAGO

O grupo de trabalho responsável em elaborar a Reforma Universitária em 1968 propôs que os alunos ingressantes no ensino superior público deveriam pagar os seus estudos a partir de 1969. As cobranças de anuidades variavam de acordo com a renda familiar do discente e visavam quitar despesas da instituição. A proposta definia que:

- a) os de renda muito alta, acima de 35 salários mínimos, pagariam uma anuidade cobrindo as despesas de administração e manutenção; b) os de renda alta, entre 15 e 35 salários mínimos, teriam a anuidade financiada num prazo de até 15 anos, devendo começar a pagar após dois anos da conclusão do curso; c) os de renda baixa e média, abaixo de 15 salários mínimos, teriam ensino gratuito e, em certos casos, bolsa (Saviani, 2008, p. 299).

No entanto, Saviani (2008, p. 300) assevera que a recomendação de que os alunos das universidades públicas pagassem pelos seus estudos não se concretizou. Em outra direção, por intermédio de política educacional, a estratégia adotada foi a de incentivo governamental à privatização do ensino e ao crescimento das instituições privadas. Efetivamente, durante o período militar, ocorreu uma grande expansão do ensino superior no Brasil, sobretudo pela participação do setor privado na oferta educacional. Além disso, o próprio setor público se viu imerso na mentalidade privatista que de acordo com Saviani (2008, p. 300-301) era:

[...] traduzida no esforço em agilizar a burocracia aperfeiçoando os mecanismos administrativos das escolas; na insistência em adotar critérios de mercado na abertura dos cursos e em aproximar o processo formativo do processo produtivo; na adoção dos parâmetros empresariais na gestão do ensino; na criação de “conselhos curadores”, com representantes das empresas, e na inclusão de empresários bem sucedidos como membros dos conselhos universitários; no empenho em racionalizar a administração do ensino, enxugando sua operação e reduzindo seus custos, de acordo com o modelo empresarial.

Na elaboração do texto, após pormenorizar todas as diretrizes e efeitos da Reforma Universitária de 1968, os discentes da Escola de Farmácia de Ouro Preto também dissertaram sobre o “Projeto Portela”, que segundo eles seria a continuação da Reforma Universitária de 1968 e que vislumbrava a implantação do ensino pago. Reitera o grupo: “[...] trata-se de um pacote, elaborado nos gabinetes do regime, sem participação dos

docentes, estudantes, intelectuais e funcionários das universidades brasileiras” (Ouro Preto, 1980, p. 4).

No cerne do Projeto Portela estava a regulamentação do regime de autarquias especiais, o que direcionaria as universidades para a realização de acordos com empresas e para a implantação do ensino pago, voltado para os interesses das grandes empresas que as financiam. Ou seja, ao se tornar autarquia de regime especial, a universidade com o intuito de saldar seus custos operacionais seria obrigada a buscar seus próprios recursos através de convênios com empresas privadas ou estatais, nacionais e multinacionais, além de se submeter a prestações de serviços, cobranças de anuidade etc. (Ouro Preto, 1980). Os discentes mineiros destacam em seus escritos que o valor investido por uma empresa em uma universidade era proporcional ao poder que ela exerceria no órgão de decisão da instituição. Logo, advertem que as empresas de acordo com seus interesses passariam a interferir diretamente no currículo e no processo de admissão de novos professores.

No texto elaborado para o evento em Goiânia, o Projeto Portela é definido como uma série de medidas adotadas com o intuito de justificar a implantação do ensino pago e colocar a formação em nível superior ao serviço do mercado. Revela um dos trechos do documento:

A transformação da universidade em empresa significará o abandono da área de ciências humanas, a substituição de alguns *notorius* da área de biomedicina e tecnológicas, usando-se a formação tecnológica. Este profissional formado por cursos de curta duração, viria da fragmentação dos atuais cursos superiores. Por exemplo, os agrônomos, além de formar os próprios agrônomos, formaria em tempo menor, também o técnico em cana de açúcar, técnico agrícola e assim por diante. Na veterinária, além de veterinários, surgiria o bovinocultor, o zootecnólogo etc. Percebemos um aumento na oferta de mão de obra que fará com que o profissional, fique desempregado (mais do que já está) e por força da concorrência passará a ser mão de obra barata, tendo que muitas vezes se sujeitar a salários de fome e subemprego (Ouro Preto, 1980, p. 5).

## O CENTRO POPULAR DE CULTURA

Ao dissertar sobre política, cultura e política cultural; o Centro Acadêmico de Farmácia avoca as palavras de Antonio Gramsci, pensador marxista e defensor de que a educação deveria ser sempre emancipadora e não restrita às salas de aula (Schlesener, 2016) ao declarar que “A arte é educadora enquanto arte, não enquanto arte educadora. Porque neste caso não é nada e o nada não se pode educar” (Ouro Preto, 1980, p. 15).

Pelas ideias contidas no texto, compreende-se que a riqueza e a perenidade da arte está justamente no seu caráter de ambiguidade, ou melhor, nas múltiplas interpretações artísticas que atravessam o tempo. Os alunos exemplificam relatando a imortalidade da obra grega Antígona de Sófocles que segundo eles persiste até os dias atuais como uma realidade que extrapolou a especificidade de sua época. Além disso, o grupo declara que “[...] a forma

de apreensão do real por parte da arte difere radicalmente da forma de apreensão do real por parte da política” (Ouro Preto, 1980, p. 16).

Por esse motivo, os estudantes de Farmácia defendem que todas as categorias profissionais devem ter além da prática profissional uma práxis política, evitando-se a sobreposição delas e possibilitando a emergência das reivindicações da classe no sindicato e nos partidos políticos. Logo, concluem que não cabe a arte ou qualquer outra prática profissional conscientizar os trabalhadores, embora transformações e revoluções possam elevar-se a partir dela.

Durante o período da ditadura militar, as manifestações artísticas exerceram amplo papel de resistência. Mesmo após o ano de 1968, quando a censura se intensificou e vários artistas foram enviados para o exílio, a arte como protesto se fez presente no seio do movimento estudantil na década de 1970.

Na verdade, a dinâmica da vida acadêmica ainda se encontra dotada de uma vitalidade cultural e política surpreendente, mesmo com todo o peso da administração autoritária, e esta qualidade torna possível o desenvolvimento neste espaço de muitas atividades culturais “alternativas” na forma de grupos de teatro, grupos literários, experiências jornalísticas, cine-clubes, corais, grupos de estudos – que muitas vezes “passam ao largo” dos diretórios na busca de se criar novas possibilidades de estudo, troca de referências e realizações artísticas. A reestruturação do movimento estudantil nos anos 70, neste sentido, se acha marcada por este caráter mais variado de propósitos cujo perfil se caracteriza pela construção de mecanismos não burocráticos e não autoritários de participação e gestão coletiva (Pellicciotta, 1997, p. 61).

A cultura aparece no manifesto de 1980 destinado ao IV ENEF como um ponto de pauta na luta dos alunos da Escola de Farmácia. A reivindicação é de que o discurso artístico deveria ser livre e não se submeter a nenhum programa político, uma vez que na compreensão dos futuros farmacêuticos a convivência dos discursos artísticos e político concomitantemente seria incompatível. Em suas linhas, o texto demonstra compreender que a arte ao longo da história sempre esteve a serviço de alguma entidade como a Igreja, a indústria cultural ou algum partido político. No entanto, os autores esclarecem que a vinculação da arte com a indústria cultural ocorre em “[...] decorrência da própria transformação da arte em mercadoria e da sua apropriação pela burguesia” (Ouro Preto, 1980, p. 17). Digno de destaque é a apropriação do conceito de “Indústria Cultural”, expressão atribuída a Adorno e aos representantes da Escola de Frankfurt. Tal conceito foi elaborado por Adorno e Horkheimer em “*Dialética do Esclarecimento*” de 1947 para discutir a questão da cultura de massa na modernidade e para alertar sobre a degradação gerada pelo capitalismo (Adorno, 1978, p. 287-295).

Com o intuito de reerguer a UNE, a questão do Centro Popular de Cultura (CPC) ganha lugar de destaque no discurso estudantil. Os acadêmicos mineiros lembram que o CPC foi um órgão ligado a UNE e criado em 1961 por um grupo de estudantes, artistas e

intelectuais vinculados à universidade. Com o passar do tempo, o projeto se ampliou e as intervenções culturais passaram a ser divulgadas também para as camadas populares, por meio de apresentações em praças públicas, sindicatos e outras entidades. Sua sustentação era pela UNE, na qual o CPC fazia parte atuando como órgão de intervenção cultural. Assegura os autores do texto:

O CPC nasceu num momento histórico do combate ao imperialismo onde devido à abertura do país ao investimento de capitais estrangeiros principalmente com o “desenvolvimentismo” do Juscelino, iniciou-se um movimento de repúdio que expressou o nível da cultura na exigência de uma cultura nacional (Ouro Preto, 1980, p. 15-16).

Com o intuito de conscientizar as massas por meio da arte e transformar a sociedade, ao longo da história, o CPC encarregou-se de ações que englobavam desde a organização de cursos populares como alternativa ao ensino elitista ofertado na universidade até a elaboração de apresentações artísticas de fora do circuito comercial como produções cinematográficas, literárias, teatrais etc. (Ouro Preto, 1980).

Dentro do CPC persistiam ideais tais quais a noção de que a arte seria instrumento de conscientização/organização dos trabalhadores; a negação da arte burguesa, por intermédio da arte popular resistente, proletária e terceiro-mundista; e a essência do seu caráter de ser uma “política de reparo” às contradições da sociedade capitalista, ou melhor, de atuar como um circuito paralelo de atividades a margem das lutas de classes.

Recorrendo ao manifesto de fundação do Centro Popular de Cultura, o grupo farmacêutico de Ouro Preto identifica que o objetivo principal do CPC era a utilização da arte como instrumento de mobilização popular. No entanto, nos escritos direcionados ao IV ENEF, observa-se a denuncia ao oportunismo político da diretoria da UNE e do CPC (Ouro Preto, 1980, p. 16). Os universitários mineiros acusam que no CPC tornou-se evidente a submissão do discurso artístico à política, o que ocasionou o esvaziamento do movimento em 1963, antes mesmo da opressão sofrida com golpe militar de 1964. Em decorrência disso, o IV Encontro Nacional dos Estudantes de Farmácia tornou-se o lugar escolhido pelos futuros farmacêuticos para a manifestação dos ideais de luta pela independência da arte, independência essa que ocorreria por meio da liberdade de criação e de expressão artística.

## CONCLUSÃO

Durante o enfraquecimento do regime militar no Brasil, processo que teve início de forma lenta e gradual a partir do governo do presidente Geisel e que prosseguiu a partir do governo Figueiredo em direção à “abertura democrática” em 1985, o movimento estudantil foi se reerguendo no país e a classe farmacêutica percebeu nos Encontros Nacionais dos Estudantes de Farmácia um palco para a exposição de suas ideias e lutas. Por intermédio dessa pesquisa, foi possível acompanhar às concepções dos universitários ouro-pretanos acerca dos impactos da Reforma Universitária em sua época, a apropriação de ideias

advindas da perspectiva marxista, a compreensão deles sobre a importância do movimento estudantil e da valorização da cultura artística. Redigidas no formato de texto, as palavras de luta desenhadas pelos futuros farmacêuticos possuíam o objetivo de instruir e difundir convicções e ideais para toda a comunidade acadêmica participante da quarta edição do Encontro Nacional dos Estudantes de Farmácia, evento ocorrido na cidade de Goiânia, nas dependências da Universidade Federal de Goiás (UFG). Através da análise desse documento, a presente pesquisa corroborou que o grupo farmacêutico de Ouro Preto ao lutar pela liberdade artística; estimular a união estudantil e sindical; defender o ensino público/gratuito; interceder a favor do livre acesso e da permanência dos estudantes na universidade; e argumentar favoravelmente por uma formação acadêmica voltada para os verdadeiros interesses da população instigou a comunidade participante do evento a lutar contra a ditadura militar. Logo, os estudantes se constituíram como uma força de grande relevância nesse processo.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. A Indústria cultural. In: COHN G. (org.). **Comunicação e indústria cultural**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

BRASIL. Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964. **Diário Oficial da União**, Presidência da República. Brasília, DF, 11 nov. 1964. Seção 1, p. 10169. Disponível em: 4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 27 mar. 2018.

CASTILHO, A. (org.) Apesar de tudo: elementos para uma história da UNE. **UNE REVISTA**, São Paulo, Edições Guaraná/DCE-Livre USP – ‘Alexandre Vanuchi Leme’, [2022].

DARCOLETO, C. A. da S. Contribuições de István Mészáros para a educação: uma análise da categoria da mediação. In: SCHLESENER, A.; MASSON, G.; SUBTIL, M. J. D. (org.). **Marxismo(s) & educação** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. 268 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/n7ckq/pdf/schlesener-9788577982110.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

FAUSTO, B. A vida política. In: SCHWARCZ, L. M. (dir.). Coleção **História do Brasil Nação**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. v. 4.

GODOY, V. V. de. **A escola de Farmácia de Ouro Preto**: a memória sublimada. São Paulo: Metalivros, 2019.

KLEIN, H. S.; LUNA, F. V. População e sociedade. In: SCHWARCZ, L. M. (dir.). **Coleção História do Brasil Nação**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. v. 5.

MARTINS FILHO, J. R. **A rebelião estudantil**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.



MASSON, G. O trabalho como fundamento do ser social e a educação como práxis social. *In*: SCHLESENER, A. H.; MASSON, G.; SUBTIL, M. J. D. (org.). **Marxismo(s) & educação** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. 268 p. ISBN 978-85-7798-211-0. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 15 maio 2024.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo, 2006.

OURO PRETO. Escola de Farmácia de Ouro Preto. **Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto**. 1980. Documento não catalogado.

PELLICCIOTTA, M. M. B. **Uma aventura política**: as movimentações estudantis da década de 70. 1997. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

REIS, D. A. A vida política. *In*: SCHWARCZ, L. M. (dir.). **Coleção História do Brasil Nação**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. v. 5.

SANFELICE, J. L. A UNE na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar. **Rev. Simbio-Logias**, v. 8, n. 11, 2015. Disponível em: <https://www1.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbio-Logias/a-une-na-resistencia-ao-golpe-de-1964-e-a-ditadura-civil.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

SANTOS, J. de S. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. **Aurora**, ano III, n. 5, 2009. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/SANTOS.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

SAVIANI, D. O legado educacional no regime militar. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Kj7QjG4BcwRBsLvF4Yh9mHw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2024.

SCHLESENER, A. H.; LIN, A. D. Observações acerca do pensamento de Marx para a educação. *In*: SCHLESENER, A. H.; MASSON, G.; SUBTIL, M. J. D. (org.). **Marxismo(s) & educação** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/n7ckq/pdf/schlesener-9788577982110.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

SIQUEIRA, M. N. de. Resistência e enfrentamento: o movimento estudantil na Guanabara de 1964 a 1968. *In*: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856713\\_2a87282025d4ac2f0c03957d47317bf9.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856713_2a87282025d4ac2f0c03957d47317bf9.pdf). Acesso em: 15 maio 2024.

**AUTORIA:**

\* Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor adjunto em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. Contato: leandroufop204@yahoo.com.br

**COMO CITAR ABNT:**

PAULA, L. S. de. As contribuições dos alunos farmacêuticos de Ouro Preto ao Encontro Nacional de Estudantes de Farmácia em Goiás de 1980. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 24, p. 1-25, 2024. DOI: 10.20396/rho.v24i00.8670260. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8670260>. Acesso em: 24 maio 2024.

**Notas**

- <sup>1</sup> Na teoria marxista, antes de chegarmos ao comunismo teríamos que passar pela etapa do socialismo. No socialismo, o proletariado controlaria a produção e a distribuição dos bens de forma igualitária.
- <sup>2</sup> Segundo Godoy (2019), acusações recaíram sobre os professores José Ramos Dias, Vicente Maria de Godoy, entre outros.
- <sup>3</sup> Ver: <https://enef.farmacia.ufg.br/n/23226-historico>
- <sup>4</sup> Arquivo Histórico da Escola de Farmácia de Ouro Preto, documento não catalogado, ano 1980, página 1.
- <sup>5</sup> Ver: Revista Mosaico - DCE UFMG.
- <sup>6</sup> Ver: 1) Folha de São Paulo - 28/9/79 - Síntese do pacote Portela. Wolfgang Leo Mar; 2) Jornal “o trabalho” - diversos; 3) Jornal Agora UNE - diversos.
- <sup>7</sup> Ver: 1) Jornal dos Est. de farmácia. número 1 - março de 79; 2) Boletim do MPF - Movimento Profissionais Farmacêuticos - BH.
- <sup>8</sup> Ver: Boletim do VI SNEE- seminário nacional de Est. de engenharia.
- <sup>9</sup> Ver: 1) O trabalho sindical no M.E: intervenção nas entidades - LL 1980; 2) Teses para o ENTDES - Comissão nacional de entidades livres.
- <sup>10</sup> Ver: 1) A máfia dos remédios - Mario Vitor A. Pacheco; 2) Autarquias especiais; autonomia ou dependência para as universidades. Joel Regueira Teodósio.
- <sup>11</sup> Ver o artigo: SIQUEIRA, M. N. de. Resistência e enfrentamento: o movimento estudantil na Guanabara de 1964 a 1968. In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUH, 2011; MARTINS FILHO, J. R. **A rebelião estudantil**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996; entre outros.
- <sup>12</sup> Ao denunciar o peleguismo no movimento sindical, os estudantes alertam para a existência de um discurso que aparentemente representaria os interesses das massas, mas que na verdade tinha como intuito atender aos interesses das elites e do capital.
- <sup>13</sup> As leituras realizadas pelos estudantes de Ouro Preto para a escrita do texto incluíam o Boletim do VI Seminário Nacional dos Estudantes de Engenharia; O jornal dos estudantes de farmácia de março de 1979; Autarquias especiais: Autonomia ou dependência para as universidades (Joel Regueira Teodósio), Folha de São Paulo – 28/09/1979 – Síntese do Pacote Portela (Wolfgang Leo Mar); Revista Mosaico – DCE UFMG; O trabalho Sindical do Movimento Estudantil: intervenção nas entidades – LL-1980; Teses para Entidades – Comissão Nacional de entidades livres; Jornal “O trabalho”; Boletins do Movimento Profissionais Farmacêuticos (Belo Horizonte); A máfia dos remédios (Mario Vitor A. Pacheco) e o Jornal Agora UNE.
- <sup>14</sup> Ver: SAVIANI, D. O legado educacional no regime militar. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, 2008.

---

<sup>15</sup> Segundo Santos (2009, p. 104) a Lei Suplicy de Lacerda e os acordos MEC-USAID colocavam fim à autonomia universitária, além de extinguir os Diretórios Centrais de Estudantes (DCE) e a própria UNE, substituindo-os pelo Diretório Nacional de Estudantes (DNE).

<sup>16</sup> Medidas adotadas por meio do decreto-lei número 77 (Sugestão do relatório Meira Matos).

<sup>17</sup> O grupo farmacêutico demonstrou domínio sobre os estudos realizados por Rudolph P. Atcon.

<sup>18</sup> Sobre a reforma Universitária ver: Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, regulamentada pelo Decreto n. 464, de 11 de fevereiro de 1969; e o Parecer CFE n. 77/69, que regulamentou a implantação da pós-graduação.